

## A Avaliação da Educação Brasileira Através do Exame Nacional de Cursos

*Osmar Abreu Santos*

O Exame Nacional de Curso, conhecido popularmente entre os estudantes como “o provão”, criado em novembro de 1995 pela Lei 9131, aprovada no Congresso Nacional e regulamentado em março de 1996 pela Portaria 249 do Ministério da Educação e Cultura, tem por objetivo garantir a qualidade do ensino nos cursos de graduação produzidos nas diversas instituições espalhadas pelo país. O governo acredita que a partir de uma avaliação com os formandos do segundo semestre de 1996, nos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil, poderá traçar um perfil não dos acadêmicos, mas, sim., dos cursos que foram submetidos a esse exame.

A preocupação do governo consiste em avaliar o sistema educacional do país, a partir do Terceiro Grau e conhecer melhor o profissional que está indo para o mercado de trabalho, só que esse critério se processa em um caminho inverso em relação aos países que já aplicam o processo de avaliação. O Brasil ainda está muito distante de um mecanismo desse nível que é plenamente natural em países como Cuba, Canadá, EUA, Inglaterra e Japão. A educação é um processo contínuo e jamais poderá ser avaliada hierarquicamente de cima para baixo. O normal na construção positiva de qualquer seguimento social, é que a base seja a essência de tudo para promover de fato transformações benéficas.

Não podemos ser contrários a nenhum método de avaliação, pois o próprio mercado de trabalho exige cada vez mais habilidades e conhecimentos dos seus profissionais e isso não deixa de ser uma forma de avaliar. O que não podemos aceitar é a metodologia que foi utilizada para o “provão” aplicado em 10 de novembro de 1996, tentando traçar perfis de três cursos a partir dos acadêmicos concluintes. Se o objetivo de fato fosse esse, o governo deveria se preocupar, então, em avaliar cada instituição e seu corpo docente, e, caso fossem detectadas falhas, passariam esses profissionais por um processo de reciclagem, estabelecendo um tempo para que cada um assumisse o comprometimento com a educação efetiva, como canal de transformação socioeconômica, científica e cultural.

A questão educacional no Brasil representa um problema muito maior do que se parece. Acaba, portanto, sendo o governo conivente com esse desastre social, pois os vários cursos são implantados em instituições públicas e privadas sem a menor infraestrutura e sabe-se neste país de muitas faculdades de final de semana que, para atender uma série de interesses políticos fingem a sociedade e o governo que nada sabem e que tudo anda conforme as determinações do MEC (Ministério de Educação e Cultura). Como pode, então, o governo preocupar-se com a qualidade do ensino nos cursos de graduação? Será que no ensino básico ele vem cumprindo seu papel? O que falta, realmente, para revertermos essa situação no processo educacional? Comparar esse tipo de avaliação com as desenvolvidas nos países citados anteriormente é algo extremamente utópico, pois países que primam pela educação têm povos desenvolvidos, conscientes e educados, sem dúvida alguma.

Portanto, o “provão” é incapaz de avaliar o discente bem como o curso como um todo. O que precisa ser avaliado com urgência é a implantação aleatória de cursos devido a demanda de mercado, sem a preocupação substancial da qualidade desse ensino. As instituições precisam capacitar melhor os seus profissionais e valorizar seu trabalho, estabelecendo condições que possibilitem a pesquisa e a extensão em todos os cursos. Por mais modernas que sejam as técnicas da atualidade, os métodos de

avaliação são muito arcaicos e não medem capacidade de ninguém. A excelência da qualidade no ensino só chegará a partir do momento em que se investir radicalmente no ensino básico antes de se chegar ao nível de graduação sem perder de vista o desempenho destes cursos.